

PARE CER JURÍDICO Nº 299/2023.

PROCURADORIA MUNICIPAL

Interessado(a): Comissão Permanente de Licitação

Assunto: consulta sobre a possibilidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação com execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de **CONDICIONADORES DE AR** para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Natureza: Consulta

Ementa: consulta sobre a possibilidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação com execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de **CONDICIONADORES DE AR** para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência. Emergência. Necessidade de climatização adequada na UPA. Risco de prejuízos aos beneficiários do serviço. Possibilidade Jurídica. Análise da questão à vista dos preceitos contidos na Lei nº 8666/93 e na Constituição da República.

RELATÓRIO

Esta Procuradoria foi instada a se manifestar, pela Comissão Permanente de Licitação, através do Ofício n. 321/2023, sobre a possibilidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação com execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de **CONDICIONADORES DE AR** para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

É o breve relatório.

Passo a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

De proêmio, oportuno aduzir que a análise jurídica prestada por esta procuradoria se atém tão somente às questões de legalidade não lhe sendo atribuída, portanto, a competência para se imiscuir no mérito administrativo. A assessoria jurídica tem fundamento no artigo 38, parágrafo único da Lei 8666/93.

Art. 38, parágrafo único- As minutas dos editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas pelo órgão de assessoria jurídica da unidade responsável pela licitação.

A Constituição da República prevê em seu artigo 37, inciso XXI que, salvo exceções previstas em lei, a administração pública deve contratar suas obras e serviços mediante processo de licitação, observando, portanto, os princípios da impessoalidade, isonomia, moralidade e da legalidade que norteiam o ente público na condução de suas atividades de eminente interesse público.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Do exposto, verifica-se, então, que a dispensa de licitação é medida excepcional, apenas sendo permitida quando o caso subsumir-se às hipóteses previstas em lei.

Impende aduzir que os casos de dispensa de licitação têm previsão no artigo 24 da Lei 8.666/93.

No caso em exame, o município pretende realizar a contratação de empresa especializada na locação com execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de CONDICIONADORES DE AR, a fim de atender as necessidades da Unidade de Pronto Atendimento (UPA24Horas) do município de Gravata mediante dispensa de licitação, fundamentando a contratação direta no inciso IV da Lei 8666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Assim, nos termos do artigo 24, inciso IV em destaque, a dispensa de licitação para a contratação direta, depende do preenchimento dos seguintes requisitos: a) ocorrência de situação de emergência ou calamidade pública; b) necessidade de urgência no atendimento da situação; c) existência de risco a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; d) limitação da contratação emergencial à parcela necessária ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa.

Conforme se depreende da justificativa estampada no Termo de Referência, a secretaria contratante passou por mudanças administrativas e o atual secretário da pasta foi comunicado pela empresa prestadora de serviços que a locação de ar condicionados estava sendo realizada sem cobertura contratual, visto que, finalizado o prazo de vigência do contrato anterior não houve a sua prorrogação ou nova contratação.

Nesse sentido, importante frisar que a instalação de ar condicionados e a correta climatização da unidade de saúde é indispensável para garantir o bom e eficiente funcionamento do serviço prestado na Unidade de Pronto Atendimento- UPA, sendo fundamental para garantir a saúde dos pacientes e dos próprios servidores públicos que desempenham a sua função na UPA.

Decerto, a inadequada climatização facilita a proliferação de vírus, bactérias e fungos, obstando o regular funcionamento da UPA e causando severos prejuízos aos pacientes, beneficiários desse serviço.

Além disso, ressalta-se que as unidades de saúde apenas podem funcionar se obedecidos os padrões e critérios fixados pela ABNT e pela ANVISA, dentre os quais, a correta climatização do ambiente.

O serviço desempenhado nas redes de urgência e emergência, por seu turno, são essenciais e, portanto, devem ser prestados de forma contínua.

No caso em tela, portanto, constata-se a urgência no atendimento de situação que pode ocasionar notado prejuízo aos beneficiários do serviço de saúde, bem assim, à própria continuidade e eficiência do serviço prestado.

Ressalta-se, ainda, que a contratação deve ocorrer por prazo determinado, limitando-se à parcela necessária de atendimento da situação emergencial.

No caso sob exame, a contratação ocorrerá por 90 (noventa) dias, em observância, portanto, ao artigo 24, inciso IV da Lei 8666/93.

Nessa senda, oportuno frisar que a secretaria contratante está providenciando a abertura do processo licitatório na modalidade pregão eletrônico para contratar empresa especializada na locação de condicionadores de ar.

Isso posto, esta procuradoria opina pela inserção de cláusula contratual prevendo que a homologação do processo licitatório na modalidade pregão extingue automaticamente a contratação emergencial, a denominada "cláusula de morte súbita".

O valor estimado do contrato corresponde ao montante de R\$ 14.900,00 (quatorze mil novecentos e quarenta reais).

As despesas decorrentes do contrato possuem dotação orçamentária própria, cuja unidade orçamentária é o Fundo Municipal de Saúde.

Demais disso, o procedimento de dispensa de licitação exige, no que for cabível, a observância dos requisitos insculpidos no artigo 26 da Lei 8666/93.

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Por fim, imperioso aduzir que o contrato deve observar as exigências contidas nos artigos 54 e 55 da Lei 8666/93.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, analisando o objeto da consulta à luz da Constituição da República, da Lei 8666/93, **opino pela possibilidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação com execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de CONDICIONADORES DE AR para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência.**


Opino, ainda, no sentido da Secretaria Municipal de Saúde realizar a licitação, nos termos da Lei 8666/93, com a máxima brevidade possível.


Por fim, opino no sentido de inserir cláusula contratual prevendo que a homologação do processo licitatório, a ser realizado na modalidade pregão eletrônico, extingue automaticamente a contratação emergencial, a denominada “cláusula de morte súbita”.

É o parecer s. m. j.

Gravatá (PE), 14 de junho de 2023

Documento assinado digitalmente

Júlia S  **nderley**
Data: 15/06/2023 12:41:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROCURADORA MUNICIPAL
ASSINADO DIGITALMENTE
BRASILIO ANTONIO GUERRA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital> 

Brasílio Antônio Guerra
Procurador Geral do Município